

PROCESSO Nº 9.135/2011

APENSO Nº 010.001.679/2006

INFORMAÇÃO Nº 153/2011

ORIGEM: Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal - SEOPS

INTERESSADO: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF

ASSUNTO: Tomada de Contas Especial - TCE

VALORES ENVOLVIDOS: R\$ 17.347,81 (valor original do prejuízo apurado)

EMENTA: TCE instaurada pela SUTCE/SEOPS, em atendimento à Decisão nº 3186/01, para apurar a existência de irregularidade na concessão e pagamento de indenização de transporte na passagem para a inatividade de militar do CBMDF. Constatação de ato doloso. Pela citação do responsável. Pela audiência dos servidores responsáveis pela concessão.

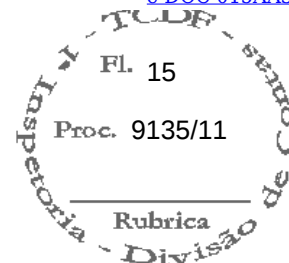
Senhor Diretor,

Tratam os autos de Tomada de Contas Especial – TCE, instaurada pelo Governador do Distrito Federal e conduzida pela Subsecretaria de Tomada de Contas Especial – SUTCE da então Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal – SEOPS, em atendimento ao item II, alínea 'a', da Decisão nº 3186/01¹, para apurar a existência de irregularidade na concessão e pagamento de indenização de transporte na passagem à inatividade do SBM RRM Roberto Ferreira dos Santos.

DOS PRAZOS

2. O Excelentíssimo Sr. Governador do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 28.156/07 (fl. 29 do apenso), instaurou a presente TCE em 25/7/2007, sendo o fato, com atraso de 1 (um) dia, comunicado a esta Corte em 31/7/2007, por meio do Ofício nº 2860/07 (fl. 1), em cumprimento ao disposto no § 7º do art.

1 - "O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I – tomar conhecimento do resultado de auditoria e da documentação de fls. 3/122; II - representar ao Excelentíssimo Sr. Governador do Distrito Federal quanto à necessidade de implementação das seguintes providências: a) instauração de Tomada de Contas Especial, nos termos da Resolução nº 102, de 15/7/98, com a finalidade de apurar a extensão das irregularidades ocorridas na concessão e pagamento de indenização de transporte requeridas em razão de passagem para a inatividade de militares daquela Corporação, com o objetivo de identificar os responsáveis e quantificar os prejuízos ocorridos no período de 1996 a 2000; (...)"



1º da Resolução nº 102/98. Entendemos que o Tribunal deva relevar o citado atraso, haja vista sua inexpressividade.

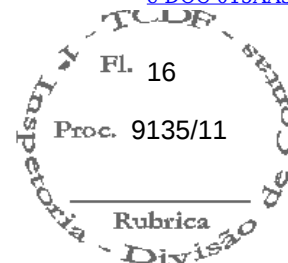
3. Relativamente aos prazos previstos nos arts. 8º e 9º da Resolução nº 102/98, vale destacar que o seu acompanhamento ocorreu no bojo do Processo nº 29.136/07.

DOS ELEMENTOS CONSTITUINTES

4. A presente TCE encontra-se constituída dos elementos integrantes a que se refere o art. 3º da Resolução TCDF nº 102/98.

DOS FATOS

5. Os autos noticiam que, pela Decisão nº 3186/01, esta Corte determinou a instauração de TCE para apurar a extensão das irregularidades constatadas na concessão e pagamento de indenização de transporte a militares do CBMDF que passaram à inatividade, no período de 1996 a 2000.
6. Em abril de 2002, foi constituído o Processo nº 010.000.333/2002 que, posteriormente, foi desmembrado em diversos outros feitos, com vistas à redução da complexidade do processo original que referia-se a diversos militares. Nesse sentido, esta TCE apura, exclusivamente, a existência de irregularidades na concessão e pagamento de R\$ 17.347,81 concedidos, em mar/00, ao 1º SGT BM RRm Francisco Lopes de Araújo, a título de indenização de transporte na sua passagem à inatividade (fls. 78-80 do apenso).
7. A indenização de transporte é a importância em dinheiro paga ao militar para realização do transporte de pessoal e bagagem a que tem direito, para si, seus dependentes e um empregado doméstico.



8. A CTCE (fls. 158-165 do apenso), após solicitar a documentação presente nos autos e analisar a defesa prévia apresentada pelo militar, concluiu suas apurações, quanto a ele, nos seguintes termos:

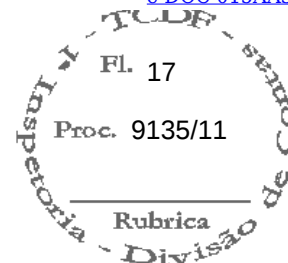
“Ante o exposto e tendo assim colhido os dados suficientes para formar juízo tranqüilo sobre os fatos e as irregularidades em apuração, e com base nos artigos 186 e 927 do Código Civil Brasileiro, a presente Comissão Tomadora, à unanimidade, encerra seus trabalhos resolvendo:

*a) **Imputar ao militar Roberto Ferreira Santos, matrícula nº 03443-6, a responsabilidade civil** pelo ressarcimento a ser feito ao Erário Distrital, no valor atualizado de **R\$ 37.993,58 (trinta e sete mil novecentos e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos)**, decorrente da utilização indevida dos recursos provenientes da Indenização de Transporte, conforme requerimento assinado pelo militar em questão (fl. 93), para custear a transferência domiciliar, para a cidade de Tabatinga/AM, quando da passagem para a inatividade, situação essa que não foi comprovada nos autos desse processo, cabendo ao mesmo a devolução integral dos recursos concedidos na forma de indenização de transporte”.*

*b) Sugerir **aplicação de MULTA**, com fulcro no Art. 57, II, da Lei Complementar nº 01/1994 c/c o Art. 182, I, da Resolução nº 38/1990, ao militar **Marco Antônio Chagas, matrícula nº. 0130-9**, Diretor da Diretoria de Inativos e Pensionistas – DIP do CBMDF à época dos fatos, pela conduta omissiva mencionada no item 3.1.2 deste relatório;*

*c) Sugerir, pelos motivos expostos neste relatório, **a instauração de procedimento disciplinar**, seja ele sindicância ou inquérito administrativo, no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do DF, para apurar a responsabilidade administrativa decorrente da conduta omissiva do militar **Marco Antônio Chagas, matrícula nº. 0130-9**, que, à época dos fatos, ocupava o cargo de Diretor da DIP;*

e) Sugerir, pelos motivos expostos neste relatório, a instauração de procedimento disciplinar, seja ele sindicância ou inquérito



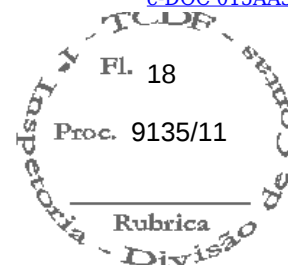
*administrativo, no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do DF, para apurar a responsabilidade administrativa decorrente do descumprimento das normas legais pelo militar **Roberto Ferreira Santos, matrícula nº 03443-6;***

2. Na mesma linha de pensamento, por meio do Relatório de Auditoria nº 004/2011 - CONTROLADORIA (fls. 187-194 do apenso), o controle interno concluiu pela irregularidade das contas do militar.

DA ANÁLISE

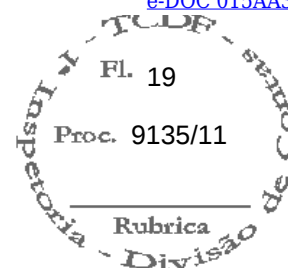
3. Concordamos com o posicionamento da STCE/SEOPS e do controle interno pela responsabilização do indigitado quanto ao prejuízo apurado, pelos motivos a seguir expostos.
4. A documentação apresentada pelo militar para obter o benefício encontra-se sob suspeição e não comprova a efetiva mudança de domicílio, tendo em conta os achados da Auditoria de Regularidade nº 12/2000 (Processo nº 394/00), que, mediante a Decisão nº 3186/01, deu origem à presente TCE, ao apontar que: a.1) diversos militares da amostra (34) solicitaram mudança para Tabatinga-AM, cidade sem atrativo conhecido, somente por se tratar de lugar distante, o que implicaria maior valor de indenização a perceber; a.2) 31 dos 34 militares, que escolheram Tabatinga, firmaram contrato de locação de imóvel com o Sr. Romival Nunes de Oliveira, inclusive locando imóvel do mesmo endereço e apresentando a mesma conta de água como comprovante de endereço. Dessa forma, os documentos apresentados pelo militar, ao tempo da solicitação do benefício, não comprovam a efetiva transferência de domicílio, conforme exigido pela norma de regência. São eles²: a.1) contrato de locação de imóvel em Tabatinga-AM, no mesmo padrão dos contratos sob suspeição (firmados com o Sr. Romival Nunes de Oliveira) em endereço vizinho aos imóveis cujas locações

2 - Não há falar em documentação referente ao transporte de empregado doméstico, haja vista que o militar não requereu o uso deste benefício.



foram simuladas (fls. 90-91 do apenso); a.2) comprovante de conta bancária no Banco do Brasil (fl. 85 do apenso); a.3) declaração de dependentes emitida pelo CBMDF (fl. 87 do apenso); e a.4) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo próprio (fls. 88-89 do apenso).

5. Segundo notificação, expedida pelo Comandante Geral do CBMDF, recebida e assinada pelo militar (fl. 82 do apenso), este deveria, em até 90 dias contados do recebimento da indenização, enviar documentos à Corporação que comprovassem a efetiva mudança de residência dele e de seus dependentes, com o traslado de sua bagagem, inclusive veículo. Ocorre que a documentação que veio aos autos, a nosso ver, não comprova a efetividade da mudança de domicílio do indenizado.
6. Ademais, há nos autos indícios de que a mudança não ocorreu, qual seja o fato de o militar encontrar-se, em 2006, residindo novamente no DF.
7. Portanto, considerando as conclusões da Auditoria de Regularidade nº 12/2000 (Processo nº 394/00), no sentido da existência de fraude no recebimento do benefício; a apresentação de documento produzido com o intuito de simulação da transferência (Contrato de Locação - fls. 90/91 do apenso); bem como a ausência de comprovação da efetiva mudança de domicílio do militar para Tabatinga-AM; entendemos que o prejuízo teve origem na conduta dolosa do mesmo, haja vista que o militar simulou a transferência do seu domicílio com o propósito de obter vantagem pecuniária que sabia não fazer jus, em proveito próprio e em prejuízo ao erário distrital.
8. Em consequência, a teor do que prescreve o art. 1º, inciso II, alínea 'b', da Emenda Regimental nº 13/2003, abaixo transcrito, deverá incidir, no presente caso, juros de mora a partir da data da concessão da indenização de transporte, qual seja, o dia 30/3/2000 (fl. 79 do apenso).



“Art. 1º Os débitos fixados pelo Tribunal de Contas serão atualizados monetariamente até a data do efetivo pagamento, na forma estabelecida pelo art. 1º da Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001, incidindo juros de mora sobre o valor reajustado, à taxa de um por cento ao mês, até a data de sua quitação, observados os seguintes critérios:

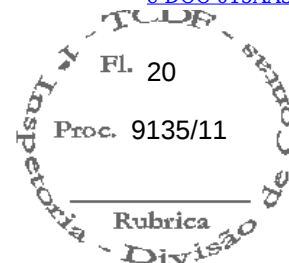
(...)

II – nos casos de débito decorrente de sonegação ou alcance:

(...)

b) os juros de mora serão calculados a partir do dia seguinte ao do término do prazo fixado em notificação para o pagamento da dívida, salvo se esta decorrer de ato doloso, quando incidirão a partir da data da ocorrência do dano.” (Grifamos)

9. O valor do débito foi calculado pelo sistema de Atualização Monetária desta Corte, em 22/6/2011, nos seguintes termos (fl. 13): a) principal, em 30/3/2000, R\$ 17.347,81 ; b) principal atualizado, R\$ 34.497,23; c) juros de mora, R\$ 46.571,26; e d) montante, R\$ 81.068,50.
10. Com relação às demais penalidades legais cabíveis à espécie, quais sejam a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal e a aplicação de multa (arts. 56 e 60 da LC nº 1/94), até o momento esta Divisão encaminhou suas sugestões no sentido da não incidência no presente caso, haja vista que os juros de mora alcançam montante bastante superior ao valor original do dano, o que, por si só, produziria o efeito pedagógico pretendido pelo RI/TCDF. Todavia, tendo em vista os mais recentes julgados dessa Corte de Contas (Decisões n.º 2646/11, 4568/11, 4569/11 e 4570/11), no sentido da aplicabilidade das citadas penalidades, sugeriremos a sua aplicação no presente caso.
11. Quanto aos efeitos administrativos disciplinares e penais, entendemos que a matéria não compete ao TCDF. Quanto à aplicação de multa aos gestores que concederam a indenização, bem como inabilitação para o exercício de cargo

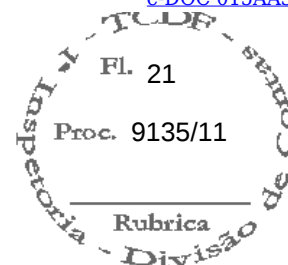


em comissão ou função de confiança, até o momento esta Divisão encaminhou suas sugestões no sentido do descabimento da aplicação dessas penalidades, tendo em vista o transcurso de mais de 10 anos da realização do ato, o que tornaria nulo seu efeito pedagógico. Todavia, tendo em vista os precedentes dessa Corte de Contas (Decisões n.º 2646/11, 4568/11, 4569/11 e 4570/11), no sentido da responsabilização dos responsáveis pela concessão da indenização em casos idênticos, sugeriremos a audiência³ do militar Marco Antônio Chagas, Diretor de Inativos e Pensionistas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF à época dos fatos narrados nos autos, para apresentação das razões de justificativa frente à conduta omissiva identificada, tendo em conta a possibilidade de aplicação da multa, prevista no art. 57, incisos II e III, da LC nº 1/94, e a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, prevista no art. 60 da LC nº 1/94.

DA CONCLUSÃO

12. Nesse sentido, entendemos que o TCDF deve, nos termos do art. 13, II, da LC nº 1/94, ordenar a citação do SBM RRm Roberto Ferreira Santos para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar alegações de defesa quanto ao percebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando da passagem para a inatividade, que enseja o julgamento de suas contas como irregulares, recaindo sobre si a responsabilidade de ressarcir ao erário o valor do débito atualizado no total de R\$ 81.068,50 (apurado em 22/6/2011), acrescido do valor da multa a lhe ser aplicada, prevista no art. 56 da LC nº 1/94, e a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, prevista no art. 60 da LC nº 1/94. Além disso, tendo em vista a conduta omissiva apurada nos autos, nos termos do art. 13, III, do citado diploma legal, deve-se determinar a audiência do militar citado no parágrafo supra para apresentação das razões de justificativa

3 - O então Comandante-Geral da PMDF, Sr. Benjamim Ferreira Bispo, faleceu, como consta da Decisão nº 868/05.



frente à conduta omissiva identificada, tendo em conta a possibilidade de aplicação da multa, prevista no art. 57, incisos II e III, da LC nº 1/94, e a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, prevista no art. 60 da LC nº 1/94.

DAS PROPOSIÇÕES

13. Ante o exposto sugerimos ao Egrégio Plenário que:
- I. tome conhecimento da presente tomada de contas especial – TCE, objeto do Processo nº 010.001.679/2006;
 - II. releve o atraso apontado na instrução;
 - III. nos termos do art. 13, inciso II, da LC nº 1/94, ordene a citação do SBM RRM Roberto Ferreira Santos para que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa quanto ao percebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando da passagem para a inatividade, que enseja o julgamento de suas contas como irregulares, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas "b" e "d", c/c art. 20 da LC nº 1/94, recaindo sobre si a responsabilidade de ressarcir ao erário o valor do débito atualizado no total de R\$ 81.068,50, apurado em 22/6/2011, acrescido do valor da multa a lhe ser aplicada, prevista no art. 56 da LC nº 1/94, e a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, prevista no art. 60 da LC nº 1/94;
 - IV. determine a audiência do militar Marco Antônio Chagas, Diretor de Inativos e Pensionistas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF à época dos fatos narrados nos autos,

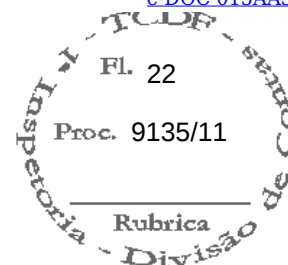


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO

Divisão de Contas

e-DOC 015AA388



para apresentação das razões de justificativa frente à conduta omissiva identificada, tendo em conta a possibilidade de aplicação da multa, prevista no art. 57, incisos II e III, da LC nº 1/94, e a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, prevista no art. 60 da LC nº 1/94;

V. autorize:

- a) o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, em face da Promotoria de Justiça Militar, para os devidos fins;
- b) o retorno dos autos à 1ª ICE para as providências pertinentes.

À superior consideração.
Brasília-DF, 22 de junho de 2011.

Paulo Alves Honorato
Auditor de Controle Externo

DE ACORDO.

À CONSIDERAÇÃO DO SENHOR INSPETOR.

Em,

Valter Formiga Albuquerque
Diretor da Divisão de Contas/1ª ICE